

Encontro «Investigação Arqueológica e Turismo»

14 de Outubro de 2020

09h00m - 13h30m

Museu do Aljube Resistência e Liberdade
Lisboa

O Encontro será igualmente emitido através das redes sociais, permitindo a interacção do público com os comunicantes durante os períodos de debate.

Programa

09h15m

Recepção aos participantes

09h30m

Abertura dos trabalhos

09h40m

Investigação Arqueológica e Turismo

João Marques, Teresa Marques e Carlos Boavida

Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

- Presencial

10h00m

Arqueoturismo Subaquático. Uma cartografia do olhar.

Maria João Castro

Lecturer and FCT-Portugal Postdoctoral Research Fellow at CHAM

- Comunicação gravada

10h20m

Musealização de sítios arqueológicos - dinamização e preservação. O caso do teatro romano de Lisboa

Lídia Fernandes

Coordenadora

MUSEU DE LISBOA - Teatro Romano

- Presencial

10h40m

O Castelo de S. Jorge - Arqueologia e Turismo

Maria Antónia de Castro Amaral

Diretora

Castelo de S. Jorge / EGEAC

- Presencial

11h00m – 11h20

Debate - Intervalo

11h20m

Percurso “Do Castello até Pisões”: uma PPP cultural

Vanessa Gaspar¹ e Nuno Colaço²

¹Técnica Superior – Arqueologia Divisão de Cultura, Património e Desporto - Câmara Municipal de Moura

²Marketing / Mineraqua Portugal, S.A. – Água Castello

- Presencial

11h40m

Alguém vai visitar cacos e calhaus?

João Tiago Tavares¹ e Adriaan de Man²

¹Gabinete de Arqueologia e Museologia, Município de Oliveira de Azeméis

² Chair of the Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University

- Comunicação gravada

12h00m

Campos de Batalha, Arqueologia e Battlefield Tours

Rui Ribolhos

IAP - Instituto de Arqueologia e Paleociências - FCSH-UNL

- Comunicação gravada

12h20m

Um passeio pelos sítios arqueológicos romanos na Península Ibérica a partir da visão de um viajante e divulgador do património cultural

Luis Rey Schnitzler

Investigador autónomo, escritor e divulgador cultural

- Comunicação gravada

12h40m

Arqueologia e valorização das ruínas da Sé de Lisboa

Alexandra Gaspar e Ana Gomes

DGPC –Direcção-Geral do Património Cultural

- Presencial

13h00m

Debate

13h20m

Encerramento dos trabalhos

Apoios: Museu do Aljube Resistência e Liberdade /Castelo de São Jorge / EGEAC

Resumos

Título:

Investigação Arqueológica e Turismo

Autores:

João Marques, Teresa Marques e Carlos Boavida

Filiação:

Seção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Email:

historia@arqueologos.pt

A Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, refere nos seus princípios gerais a coordenação e articulação do património cultural com as restantes políticas, nomeadamente de turismo.

Mais recentemente foi aprovada a «Estratégia para o Turismo 2027» – Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, Diário da República n.º 187/2017, Série I, de 27 de Setembro – que identifica nos seus cinco ativos diferenciadores a «História, cultura e identidade».

No passado foram desenvolvidos, sem continuidade, programas específicos vocacionados para a criação de percursos, que envolveram a valorização de vários sítios arqueológicos, de que foi exemplo singular na última década do século XX, o programa com financiamento do Fundo de Turismo, os «Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve».

Constituirá assim o turismo, uma oportunidade para o desenvolvimento da investigação arqueológica, ou antes um risco acrescido para a salvaguarda dos monumentos, conjuntos e sítios?

Qual o contributo da investigação científica na implementação de uma política racional de proteção e valorização do património arqueológico?

Este Encontro procurará dar resposta fundada sobre alguns casos práticos.

Título:

Arqueoturismo Subaquático. Uma cartografia do olhar.

Palavras-Chave:

Turismo, Património, Arqueologia, Oceanos, Mundo Global.

Autor:

Maria João Castro

Filiação:

CHAM – Centro de Humanidades, FCSH NOVA

Email:

mariajoacastro@fcs.unl.pt

O turismo é um fator de desenvolvimento societal e mostra-se como um desafio transversal à sociedade contemporânea uma vez que é considerado a maior indústria a nível planetário. O património arqueológico, enquanto testemunha e herança do passado, integra o turismo dito cultural e encontra-se na ordem do dia das agendas políticas globais.

O vasto património arqueológico espalhado por todo o mundo tem vindo a ser classificado, restaurado e promovido revalorizando e redimensionando a história do Homem no mundo contemporâneo em que vivemos.

Nesse sentido, Portugal enquanto nação cujos vestígios arqueológicos apontam para uma diversidade e antiguidade riquíssima, mostra-se como um lugar central de reflexão que se estende a uma costa marítima que deu origem a um império à escala global.

Daí a pertinência do arqueoturismo subaquático e de todo um universo a ele ligado que urge resgatar às águas do oceano e do passado dando a conhecer melhor o que somos no presente.

A recém-criada Cátedra UNESCO do Património Cultural dos Oceanos vem alargar todo um horizonte de investigação e de perspetivas, que trazem não só novo conhecimento científico como permitem a criação de polos de atração turística. Sediada no CHAM, Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Cátedra em questão vem dinamizar a descoberta de parte de uma antiguidade pretérita e que atravessa toda a época dos Descobrimentos para oferecer ao tempo presente um legado histórico-cultural que nos reposiciona no mundo global de que o século XXI é herdeiro.

Título:

Musealização de sítios arqueológicos - dinamização e preservação. O caso do teatro romano de Lisboa

Autor:

Lídia Fernandes

Filiação:

Arqueóloga. Coordenadora do Museu de Lisboa – Teatro Romano / EGEAC

Email:

lidiafernandes@egeac.pt

A musealização de sítios arqueológicos em território nacional tem já uma história embora não muito feliz no seu percurso. A ausência de projetos de investigação, dinamização e valorização associados aos sítios provaram, no passado como no presente, que o investimento tem de ser consistente e constante.

À divulgação de um sítio arqueológico acresce o facto de, na maior parte dos casos as estruturas expostas não serem de fácil ou imediata compreensão. A questão complexifica-se pelo facto de tais sítios poderem ser espaços marcantes do território, abrangerem extensas áreas, particularmente em zonas rurais, ou de se implantarem em emblemáticos locais citadinos, como ocorre com o sítio arqueológico do teatro romano.

A dinamização de tais sítios carece pois, de um investimento programado de carácter científico, assim como de outros meios, como única forma de conseguir uma dinamização dos espaços e uma expectável transmissão de conteúdos. Na verdade, os sítios arqueológicos são preferenciais testemunhos que podem e devem mostrar a evolução histórica de um local ou região, constituindo-se como mecanismos de construção do próprio conhecimento e, simultaneamente, da sua veiculação.

Nesta abordagem, focaremos o caso específico do sítio arqueológico do teatro romano. Colocado à vista a partir da década de 1960, a criação de um museu em 2001 não se traduziu numa marca impactante no território, sendo apenas a partir de 2015, com a reabertura ao público após obras de remodelação, que foi implementada uma política ativa de partilha do conhecimento, abrangendo diversos públicos. O turismo é um elemento relevante nesta dinâmica, embora não determinante na programação museológica uma vez que se privilegia a captação do turismo local e nacional.

A situação, absolutamente inédita que vivemos no decurso do ano de 2020, com a perda abrupta de público estrangeiro veio sublinhar a necessidade de uma programação de qualidade e especificamente pensada para estes espaços, única forma de fidelizar público e de criar empatia entre o património e a salvaguarda arqueológica e patrimonial.

Título:

O Castelo de S. Jorge - Arqueologia e Turismo

Autor:

Maria Antónia de Castro Amaral

Filiação:

Diretora do Castelo de S. Jorge / EGEAC

Email:

antoniaamaral@egeac.pt

O Castelo de S. Jorge, Monumento Nacional desde 1910, foi concessionado à Câmara Municipal de Lisboa, em 31 de maio de 1942 e, posteriormente, à EGEAC (à data a empresa municipal EBAHL), em 24 de outubro de 1995.

O Castelo de S. Jorge, com uma localização privilegiada numa colina proeminente sobre o rio Tejo, é, sem dúvida, o monumento militar mais importante do território nacional e constituiu-se como um local emblemático e identitário de todo o país. O topo da colina, encerra no seu solo e subsolo evidências materiais – estruturas ou espólio arqueológico móvel -, de toda a história de Portugal, desde os tempos pré-históricos até à atualidade.

Para além do monumento arquitetónico existe, no Castelo, um património natural de grande interesse com espécies arbóreas típicas da Península Ibérica distribuídas por toda a área e por duas zonas de jardim - o Jardim Romântico e o jardim junto do Núcleo Arqueológico.

O castelo é, ainda, um ativo cultural de forte pendor turístico, sendo o monumento mais visitado de Portugal, com 2.021.242 visitantes, de acordo com os dados de 2018, e uma média diária de 5.646 visitantes e 1.995.069 visitantes, de acordo com os dados de 2019, numa média diária de 5.542.

Pela sua vasta carga histórica e simbólica constitui-se como um grande desafio para a investigação.

Evidenciaremos, nesta apresentação, os aspectos positivos da gestão do monumento mas também naqueles factores que, de alguma forma, comprometem a conservação do monumento nacional.

Título:

Percurso “Do Castello até Pisões”: uma PPP cultural

Autores:

Vanessa Gaspar e Nuno Colaço

Filiação:

**Arqueóloga / Câmara Municipal de Moura
Marketing / Mineraqua Portugal, S.A. – Água Castello**

Email:

**vanessa.gaspar@cm-moura.pt
nuno.colaco@mineraqua.com**

A génese deste produto turístico está na descoberta de uma garrafa, quase poderia ser a reprodução do argumento do filme “Os deuses devem estar loucos” dos já distantes anos 80 do século passado, mas não, esta história é real e ocorreu nas escavações arqueológicas do Castelo de Moura já no século XXI.

No âmbito da requalificação do recinto do castelo foram realizadas um conjunto de intervenções arqueológicas. Na área da alcáçova foi detetado e escavado um nível de enchimento composto por milhares de fragmentos de vidro de garrafas transparentes pertencentes à Água Castello, marca que teve a sua primeira unidade de exploração no interior da fortificação. De entre todos aqueles fragmentos de vidro surge um exemplar de garrafa miraculosamente inteiro. Aí começa a história...

Numa tentativa de datar a garrafa encetaram-se contactos com a empresa que conduziu ao aprofundamento do conhecimento sobre esta marca já centenária e tão importante para Moura.

A partilha de conhecimentos levou à implementação do Percurso Temático da Água “Do Castello até Pisões”, uma parceria entre a Câmara Municipal de Moura e a empresa Água Castello, no âmbito da estratégia municipal de preservar a memória e potenciar o passado enquanto oferta cultural e turística.

Este percurso consiste numa experiência de “storytelling” que permite aos participantes conhecerem a partir do Castelo de Moura a importância do ativo territorial Água e a história da marca, desde a sua primeira unidade de exploração até à atual, localizada em Pisões, com a visita do Museu Castello.

Título:

Alguém vai visitar cacos e calhaus?

Autores:

João Tiago Tavares e Adriaan de Man

Filiação:

**Gabinete de Arqueologia e Museologia, Município de Oliveira de Azeméis
Chair of the Department of History and Archaeology, United Arab Emirates University**

Email:

**joao.tavares@cm-oaz.pt
adriaandeman@uaeu.ac.ae**

Num território marcado por uma economia assente num tecido industrial que aposta, principalmente, na exportação de componentes para a indústria automóvel ou no setor do calçado, haverá espaço e potencial arqueológico para que o turismo ligado ao património e à arqueologia se possa desenvolver?

O concelho de oliveira de Azeméis fica situado a meio caminho entre o Porto e Aveiro, e relativamente perto de Coimbra, que possuem uma capacidade de atração turística, no que diz respeito ao património bastante superior.

Por outro lado, o território encontra-se numa zona de transição entre o litoral e os territórios de serra interiores, afastado das praias atlânticas e com uma orografia que ainda não é de montanha, mas com diversos cursos de água que atravessam o território.

A ocupação antiga do território é ainda pouco conhecida. A existência de testemunhos epigráficos e arqueológicos levou a que se estabelecesse a presença de uma ocupação em época romana, associada à passagem da via *Aeminum-Cale*, e pré-romana com um conjunto de povoados de altura e boa defensabilidade natural que teriam sido romanizados. A identificação de um conjunto de mamoadas, espalhadas pelo território, sugeria, igualmente, uma ocupação pré-histórica.

Só com o POVOAZ (2015/18) se tentou fazer um trabalho de investigação que abarcasse o território. Os dados são ainda incipientes, mas permitem propor algumas hipóteses de trabalho para tentar criar fluxos turísticos que relacionem os testemunhos do passado (arqueologia) com a ocupação do território e o seu desenvolvimento, procurando apresentar uma oferta que se distinga dos territórios envolventes.

Título:

Campos de Batalha, Arqueologia e *Battlefield Tours*

Autor:

Rui Ribolhos

Filiação:

IAP - Instituto de Arqueologia e Paleociências - FCSH-UNL

Email:

rui.ribolhos@gmail.com

Os Campos de Batalha como tipologia de sítio arqueológico são uma potencial atração turística. Partindo de exemplos em Portugal e além-fronteiras, abordaremos a importância destes locais de conflito e a simbiose entre boas práticas de arqueologia e a divulgação de resultados (centros de interpretação ou por outros meios) como pólos de desenvolvimento turístico.

Título:

Um passeio pelos sítios arqueológicos romanos na Península Ibérica a partir da visão de um viajante e divulgador do património cultural

Autor:

Luis del Rey Schnitzler (Valência, Espanha)

Filiação:

Investigador autónomo, escritor e divulgador cultural

Email:

lfdelrey@yahoo.es

A Península Ibérica é um dos principais destinos turísticos do mundo. Contribuem, entre outros fatores, o seu bom clima, uma boa infra-estrutura turística, recursos paisagísticos muito variados e um rico património material e intangível, que pode ser explorado, mas também deve ser cuidado. O turismo arqueológico é uma pequena parcela da conta geral do turismo, mas está se tornando cada vez mais importante, impulsionado pelo interesse do turismo cultural, em geral. A oferta de turismo cultural deve se adaptar à demanda crescente. Esta demanda pode ser estimulada para aumentar a produção da oferta existente, mas o impacto que o turismo terá sobre um recurso frágil como o arqueológico deve sempre ser levado em consideração.

O património arqueológico pode ser agrupado em diferentes categorias, por exemplo: uma época, uma cultura, um estilo arquitetónico, um género de construção: necrópoles, fortificações, habitats, etc. Esses grupos geralmente fazem sentido quando organizar roteiros ou viagens temáticos, com uma ligação comum. Se nos mantivermos em uma época, na Península Ibérica, podemos falar de sítios pré-históricos, pré-romanos, romanos, da tardo-antiguidade, fortalezas muçulmanas ou cristãs medievais, monumentos românicos ou góticos, etc. Todos esses lugares têm um valor histórico único, que pode ser estudado, por um lado, e divulgado ao público, por outro.

Dentre essas atrações, destaca-se o legado romano, representado em várias facetas: sistemas defensivos (muralhas, torres e fortalezas), rede viária (pontes ou estradas), sistema de abastecimento de água (aquedutos ou barragens), habitats (*civitates*, *villae*), necrópoles, *ludi* (teatros, anfiteatros, circos), espaços industriais (feitorias de *garum*, olarias, lagares, etc.), locais de recreio (balneários) ou a atividade agrícola nas *villae* mencionadas.

A minha intervenção será dividida em três partes:

1. Um discurso introdutório sobre a importância do património, o dever de cuidar dele e respeitá-lo como um bem universal e a necessidade de combinar pesquisa arqueológica e conservação do património com a exploração turística, a partir da visão de uma pessoa que viajou e viaja ainda ao longo da península para conhecer esse património.
2. Outra parte vai mostrar brevemente o grande legado que a Península Ibérica possui em relação aos sítios arqueológicos, agrupados por algumas categorias.
3. E, finalmente, a parte principal que vai tratar alguns grupos de construções romanas (principalmente as *villae* e os balneários), com especial atenção para os localizados em Portugal, mas com uma visão geral de toda a Península Ibérica.

Título:

Arqueologia e valorização das ruínas da Sé de Lisboa

Autoras:

Alexandra Gaspar e Ana Gomes

Filiação:

DGPC –Direção-Geral do Património Cultural

Email:

Pretende-se com este trabalho analisar a vertente da valorização patrimonial versus o impacto que a futura atividade turística poderá vir a ter num sítio singular.